

EDITORIAL

A presente edição da Revista Jurídica, para além dos 62 anos do Centro Universitário Curitiba, também comemora os 61 anos do Diretório Acadêmico Clotário Portugal. Este representa os estudantes do Curso de Direito desta Instituição, fundado em 22 de março de 1952, acompanhando toda a trajetória da Faculdade e seu destino à Centro Universitário e historicamente exercendo papel decisivo na defesa de interesses do corpo estudantil da instituição.

Vale destacar que a entidade da representação estudantil teve como primeiro presidente provisório, escolhido por aclamação, o Sr. Valdemar Colveiro – até junho de 1952 – e o Sr. Mbá Ferrante, primeiro presidente eleito. O DACP, sua sigla generalizada, é o segundo mais antigo Centro Acadêmico de Direito do Paraná.

No sentido de consolidar uma homenagem do Corpo Colaborativo da Revista Jurídica, a presente edição publica artigo da Prof.^a Msc. Maria da Glória Lins Colucci, tradicional professora da casa, dedicada precursora e defensora da Revista Jurídica, membro fundadora do primeiro Corpo Editorial, presente em diversas edições.

Neste número a referida homenageada colaborou com o artigo *BIOTECNOLOGIA E SUSTENTABILIDADE ENERGÉTICA: CONSTRUINDO O DIÁLOGO PELA SOBREVIVÊNCIA COMUM* no qual sua preocupação é estabelecer um olhar, a partir de lados opostos na construção moderna da qualidade de vida e na luta pela sobrevivência do Planeta tendo em vista a necessidade de voltar-se a novos desafios na implementação, aceleração e fortalecimento de uma economia “verde” para erradicação da pobreza e miséria extremas.

As demais contribuições da Revista passam a ser destacadas.

O professor convidado da Faculdade de Direito da Universidade Portucalense Infante D. Henrique, Dr. Gonçalo Sopas Mello Bandeira no artigo *ANOTAÇÃO SINTÉTICA, NUMA PERSPECTIVA DE DIREITO PÚBLICO, AO ACÓRDÃO N.º 63/2006, EM PLENÁRIO, DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL (PORTUGUÊS), DE 24 DE JANEIRO DE 2006 - QUAL PROIBIÇÃO CONSTITUCIONAL DE IMPOSTOS RETROACTIVOS? A TESE DE OLIVÉIRA SALAZAR* analisou o Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 63/2006 verificando as características do caso concreto do princípio constitucional da proibição de imposto retroativos das normas jurídico-fiscais.

O professor do Instituto de Filosofia da Faculdade de Humanidades da Universidade de Valparaíso, Dr. José Jara, no artigo *EL CIUDADANO: LA PRODUCCIÓN DE UNA VERDAD PÚBLICA* teve como objetivo traçar um novo perfil do cidadão, levando em conta os diferentes modos de organização social, suas ações e projeções políticas levando-se em conta a questão da liberdade que, comumente, é ligada as transformações sociais que abrangem tanto a cidade quanto outros ambientes.

O advogado e professor da Faculdade de Direito da Universidade Nacional do Rosario, Dr. Julio Llamán Nogueira, no artigo *INFANCIAS RECORTADAS E INSTITUCIONES: LEGALIDADES AL MARGEN* procurou propor meios de

resolução para problemas envolvendo crianças e adolescentes, baseando-se em uma pesquisa de campo realizada com meninos, meninas e adolescentes nas escolas públicas e privadas, assim como, com crianças de rua na cidade de Rosário, na qual foram abordados temas relativos à cidadania social na lógica de inclusão e exclusão em suas percepções.

A professora assistente da Universidade Estadual do Piauí Adeilda Coêlho, no artigo *ACESSO À JUSTIÇA E JUSTIÇA ITINERANTE* traz reflexões sobre o Poder Judiciário e as modificações estruturais que ocorreram nesse poder no país, enfatizando-se a 'reforma do judiciário' que trouxe a obrigatoriedade de implementação da Justiça Itinerante tendo como principal preocupação a efetiva aplicação do direito de forma célere e isonômica, pelo menos em um discurso principiológico.

O professor do Curso de Pós-graduação em Direito da UNESP Carlos Aurélio Mota de Souza, no artigo *RESPONSABILIDADE DA EMPRESA NO APERFEIÇOAMENTO DOS EMPREGADOS*, defende as relações de trabalho entre empregador e empregado a partir do cumprimento de fundamentos constitucionais sobre o pleno emprego problematizando doutrinas que defendem princípios opostos de organização empresarial.

A professora da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande Sheila Stolz e a Mestranda do Curso de Política Social da Universidade Católica de Pelotas Gabriela de Moraes Kyrillos, no artigo *POLÍTICAS INDIGENISTAS NO BRASIL: PASSADO ASSIMILACIONISTA, FUTURO EMANCIPATÓRIO?* apresentam análise da ação do Estado às populações indígenas do Brasil, a partir de considerações sobre a trajetória da institucionalização das políticas sociais sob a referência do chamado *assimilacionismo* ou a abordagem contemporânea que visa a emancipação com vistas as potencialidade de rompimento com o colonialismo e neocolonismo.

O Juiz Federal e professor Guilherme Roman Borges, no artigo *VIOLÊNCIA E MEDIAÇÃO: IMPRESSÕES JUSFILOSÓFICAS*, considera que a violência marca a sociedade atual de uma forma nunca verificada em outros tempos e que seu espaço nos caminhos do homem atual tem se intensificado de modo a exigir uma reflexão de fundo, com vistas à sua aniquilação, ou, ao seu controle.

O advogado e professor de Direito Urbanístico da Universidade de Fortaleza Laécio Noronha Xavier, no artigo *RESPONSABILIDADE CONSTITUCIONAL E COMUNITÁRIA EM SEGURANÇA PÚBLICA*, defende que a experiência dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública em algumas unidades federativas brasileiras tem se demonstrado uma das facetas do compartilhamento da responsabilidade constitucional em Segurança Pública, tendo como resultado a participação comunitária que fortalece o amadurecimento de uma cultura de paz social e amplia os mecanismos de acesso à justiça e de humanização da polícia.

O advogado e professor da Universidade de Cuiabá, Msc. Marco Antônio Lorga, no artigo *A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA APLICADA NA PERSPECTIVA DO MICRO E PEQUENO EMPREENDEDOR*, discute as Micro e Pequenas Empresas no contexto econômico e social brasileiro e sua posição de destaque justificada pela relevante participação do número de pessoas e empreendimentos envolvidos nesse segmento e o enorme desafio ao Estado na sua consecução enquanto superação de paradigmas da sociedade atual.

O advogado, professor de Mestrado e Doutorado em Direito da Univali Osvaldo Agripino de Castro Junior e o advogado, professor da Pós Graduação em Direito da Faculdade Maurício de Nassau Renato Rodrigues da Silva, no artigo *BREVES NOTAS SOBRE A LIMITAÇÃO DA RESPONSABILIDADE CIVIL NO TRANSPORTE MARÍTIMO DE CARGAS PERIGOSAS E SUBSTÂNCIAS NOCIVAS À LUZ DA CONVENÇÃO HNS 2010*, argumentam que a responsabilidade civil deve limitar e gerenciar o risco das atividades de transporte marítimo de cargas perigosas e substâncias nocivas, buscando, através da análise dos principais aspectos da *Convenção HNS de 1996* e do *Protocolo de 2010*, que altera a citada convenção, apreciar a relevância da ratificação das mesmas pelo Brasil.

A professora do Centro Universitário Estácio Sheila Marta Carregosa Rocha e Rosana de Queiroz Dias, no artigo *AS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A EFETIVIDADE DO DIREITO AO TRABALHO DO IDOSO*, consideram que o direito ao trabalho da pessoa idosa precisa de políticas públicas que incentivem a sua permanência ou reinserção no mercado de trabalho, bem como de qualificação para uma nova função, de acesso ao desenvolvimento tecnológico e de um tratamento digno e antidiscriminatório em relação à idade.

A professora de Direito Constitucional da Unibrasil Dra. Estefânia Barbosa e o Desembargador Ubirajara Carlos Mendes no artigo, *O JUDICIÁRIO COMO PORTAL DE RESPOSTAS OBRIGATÓRIAS: REFLEXOS DA POTENCIALIZAÇÃO DOS PRINCÍPIOS*, pretendem difundir considerações sobre o conteúdo potencializador dos direitos humanos, a inflexionar princípios difusores de um novo modo de se ver as decisões das Cortes Constitucionais, no plano da constitucionalização ou quando decidem temas polêmicos por reclamos sociais, ante um “déficit legislativo”.

O advogado e professor de Direito nas Faculdades Integradas do Vale do Iguaçu Helton Kramer Lustoza, no artigo *A CRISE DA ÉTICA NA SOCIEDADE BRASILEIRA*, trata da problemática das pessoas que desrespeitam tanto as regras éticas como as normas estabelecidas pelo Estado. No intuito de trazer uma definição lógica para os problemas que a ética vem enfrentando, apresenta contextualização desde o surgimento da ética até os tempos atuais que representam a sociedade globalizada.

O advogado, Doutor pela USP e Professor de Direito Penal na Universidade Federal do Paraná Rui Carlo Dissenha, no artigo *BEM JURÍDICO PENAL SUPRAINDIVIDUAL E A OBRIGATORIEDADE DE REPRESSÃO*, discute se ha possibilidade dos bens jurídicos supraindividuais de cunho econômico não estarem protegidos pelos mandados constitucionais de criminalização presentes no Estado Democrático de Direito.

Advogado, professor do Programa de Mestrado em Direito Empresarial e Cidadania do Centro Universitário Curitiba Dr. Daniel Ferreira e o Mestrando Fernando Paulo da Silva Maciel Filho também do Programa, no artigo *O TRABALHO DOS DISCRIMINADOS ESTIMULADO PELAS LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS*, trazem argumentos que impõem uma (re)avaliação do conteúdo do princípio da igualdade, a fim de que seja legitimado ao Estado assumir uma postura ativa na busca de concretização do desenvolvimento nacional planejado, integrado e sustentável, através da promoção de ações afirmativas no acesso ao trabalho pela minorias.

O promotor de Justiça, professor do Programa de Mestrado em Direito Empresarial e Cidadania do Centro Universitário Curitiba, Dr. Fábio André

Guarani e a Mestranda também do programa e professora de Direito Penal Carla Bacila Sade, no artigo *CONCRETIZAÇÃO DA LIBERDADE INDIVIDUAL E AUTONOMIA MORAL DO HOMEM NA DISPONIBILIDADE SOBRE O PRÓPRIO CORPO E A EFETIVAÇÃO DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA*, apresentam a análise da efetivação do princípio da dignidade da pessoa humana em confronto com o artigo 13 do Código Civil Brasileiro, no que diz respeito especificamente à concretização da liberdade individual e concepção antropológica do homem enquanto dotado de autonomia moral, estes decorrências lógicas do ordenamento jurídico pátrio.

O professor do Programa de Mestrado em Direito Empresarial e Cidadania do Centro Universitário Curitiba Francisco Cardozo Oliveira e o Mestrando do mesmo programa e também professor de Direito nas Faculdades Estácio Osni de Jesus Tabora Ribas, no artigo *POSSIBILIDADES DE RESSOCIALIZAÇÃO E EVOLUÇÃO SOCIAL: A VALORIZAÇÃO DO TRABALHO DO PRESO E ACESSO À POSIÇÕES PROPRIETÁRIAS*, consideram que a reintegração do preso na vida social exige a preservação do valor do trabalho e o acesso a posições proprietárias como forma de alcançar um patamar de reconhecimento pela sociedade desse indivíduo.

O professor do Programa de Mestrado em Direito Empresarial e Cidadania do Centro Universitário Curitiba José Edmilson de Souza Lima e a advogada e Mestranda do mesmo programa Karlla Maria Martini, no artigo *O LICENCIAMENTO AMBIENTAL À LUZ DO ESTADO DE DIREITO SOCIOAMBIENTAL* analisam, em um cenário global e local marcado pela crise socioambiental, o Estado de Direito Socioambiental e sua missão de proteger e assegurar direitos fundamentais em todas as suas dimensões.

O professor do Programa de Mestrado em Direito Empresarial e Cidadania do Centro Universitário Curitiba, Juiz do Trabalho Eduardo Milléo Barcat e o também professor do programa, Desembargador do Trabalho Luiz Eduardo Gunther, no artigo *O HIV E A AIDS: PRECONCEITO, DISCRIMINAÇÃO E ESTIGMA NO TRABALHO*, abordam o tema HIV/AIDS a partir de análise que considera categorias vocabulares tais como discriminação, preconceito e estigma e o momento em que ocorrem – na admissão, no curso da relação de emprego e na dispensa – já que a perspectiva da análise é contratual com considerações constitucionais e sócio-culturais.

A professora Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr, Coordenadora do Programa de Mestrado em Direito Empresarial e Cidadania do Centro Universitário Curitiba, e o advogado e também Mestrando do mesmo programa Abel Floriano Kaufmann Moreira, no artigo *A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL E SUA ERRADICAÇÃO COMO UMA QUESTÃO DE DIREITOS HUMANOS*, demonstram que a desigualdade de distribuição de renda faz com que a maioria da população encontre-se em condições precárias de vida, sem grandes chances de ascensão individual.

Todas as contribuições facilitam o acesso à informações relevantes para as reflexões contemporâneas acerca da concretude constitucional ao mesmo tempo em que pretendem a efetividade da organização social que enfrente a necessidade do consenso entre liberdade, responsabilidade social empresarial e a socialização dos direitos fundamentais aos mais amplos espectros sociais.

Boa leitura!
Prof. Dr. Paulo Ricardo Opuszka
Editor